PEDRO PAES DE ANDRADE BANHOS

A REELEIÇÃO NO PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado José Levi Mello do Amaral Júnior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

PEDRO PAES DE ANDRADE BANHOS

A REELEIÇÃO NO PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação do Professor Associado José Levi Mello do Amaral Júnior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

AGRADECIMENTOS

A imprevisibilidade da vida vem me mostrando que, ao longo de cada caminhada, surgem desafios que tornam essa trajetória ainda mais estimulante.

No mestrado, não foi diferente.

Impossível descrever em palavras o que vivi durante esses quase três anos. Todavia, reconheço: nessa experiência, mudei. Novos aprendizados, novas amizades, um novo eu.

Por isso, prevalece, acima de tudo, o sentimento de gratidão a todos aqueles que, de algum modo, compartilharam – ontem e hoje, longe ou perto – essa missão ao meu lado.

Entretanto, como toda missão, não atingimos nossos objetivos sozinhos.

Ciente disso, agradeço, primeiro, aos meus pais, Isabel Paes de Andrade Banhos e Sérgio Silveira Banhos, meus guias – e meu porto seguro – nessa incerta e aventureira viagem que é a vida. Obrigado por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço também ao meu querido irmão, Tiago Paes de Andrade Banhos. Irmão mais novo que, por vezes, considero como irmão mais velho. Meu melhor amigo, meu braço direito. Muito obrigado pela parceria e amizade.

De igual modo, merecem meus sinceros agradecimentos as seguintes pessoas que participaram – e continuam presentes – nessa jornada acadêmica.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Professor José Levi Mello do Amaral Júnior, por ter me acolhido, me incentivado e, sobretudo, por continuar me ensinando, tanto na esfera pessoal, quanto na acadêmica e profissional. Muito obrigado pela atenção, paciência e memoráveis lições ao longo desse árduo processo, que se tornou, ao seu lado, gratificante e prazeroso. Estendo esse agradecimento à sua querida família, Ana Paula Zavarize Carvalho e seus filhos, Lucas e Francisco. Espero que, algum dia, possa retribuir o que vocês me proporcionaram. Muito obrigado!

Ao meu Professor de sempre, Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, muito obrigado pela amizade, pelos ensinamentos e pelo contínuo e generoso apoio nos rumos da minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Dedico esse agradecimento à sua admirável família, em nome de sua esposa, Ludmila Lavocat Galvão Vieira de Carvalho, colega da Faculdade de Direito da USP e que muito me auxiliou nesse desafio do mestrado.

Agradeço também ao Professor Carlos Bastide Horbach. Antes do mestrado já admirava seus escritos. Quando lhe conheci, como Professor e pessoa, a admiração se completou. Obrigado pelas orientações e pela sincera receptividade.

Muito obrigado aos amigos, Sérgio Antônio Ferreira Victor e André Macedo de Oliveira. Sem o apoio de vocês dificilmente teria conseguido obter sucesso, antes e durante, o mestrado. Obrigado por acreditarem em mim. Jamais esquecerei como cada um de vocês me ajudou e me orientou nesse caminho.

Um afetuoso agradecimento ao Ministro João Otávio de Noronha e aos colegas de seu gabinete. Agradeço a oportunidade de integrar sua equipe. Raro é o ambiente profissional em que se consegue unir pessoas com qualidade, eficiência e, acima de tudo, que propagam o bem. É indescritível o aprendizado, diário, durante o período da sua primorosa gestão na Presidência do Superior Tribunal de Justiça. Sua coragem, habilidade e maestria, profissional e pessoal, me inspiram e vão me guiar nos desafios da vida.

Ao Ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior, Anna Maria Trindade dos Reis e sua querida família, muito obrigado. A generosidade de vocês é cativante. Que nossa amizade se fortaleça cada vez mais. Obrigado pelas atenciosas conversas e orientações profissionais.

Agradeço também ao Ricardo Knoepfelmacher e sua linda família, à Júlia e à Bárbara Costa Pinto. Muito obrigado pelo acolhimento, carinhoso e especial, durante minha estada em São Paulo. Conviver ao lado de vocês me enriqueceu como pessoa. Por isso, serei eternamente grato.

Aos amigos e amigas que conheci ao longo dessa trajetória, a todos vocês, meu muito obrigado!

Aos meus amados pais, Isabel e Sérgio.

RESUMO

Pedro Paes de Andrade Banhos. **A reeleição no presidencialismo brasileiro**. 23/08/2019. 157 fls. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 23/08/2019.

A reeleição presidencial no Brasil é tema da atualidade. As experiências da reeleição para o cargo de chefia do Poder Executivo Federal durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff possibilitam uma análise do desempenho do instituto no presidencialismo brasileiro. Daí exsurge a motivação da presente pesquisa: investigar quais os efeitos da introdução da reeleição presidencial no Brasil. Para se chegar ao objeto principal do estudo, será examinado o desenvolvimento da reeleição no presidencialismo norte-americano e de alguns países latino-americanos para, em seguida, adentrar no contexto brasileiro. Nessa abordagem, buscar-se-á apresentar, sob a óptica da reeleição presidencial no Brasil, as discussões – de ontem e de hoje – referentes ao aprimoramento da democracia e ao aperfeiçoamento do desenho institucional brasileiro. Isso tudo com o objetivo de responder ao seguinte questionamento: a reeleição presidencial é fator de potencialização de vícios do presidencialismo brasileiro?

Palavras-chave: Reeleição. Duração do mandato. Chefe do Poder Executivo Federal. Presidencialismo brasileiro. Coalizão.

ABSTRACT

Pedro Paes de Andrade Banhos. **The re-election in Brazilian presidentialism**. 23/08/2019. 157 p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo. 23/08/2019.

The presidential re-election in Brazil is a current issue. The experiences of re-election to the post of Chief Executive Officer during Fernando Henrique Cardoso's, Luiz Inácio Lula da Silva's, Dilma Vana Rousseff's governments enable an analysis of the performance of the re-election in Brazilian presidentialism. The motivation of this research arises therefrom, which is the investigation of what are the effects of introducing re-election in Brazil. So as to reach the main object of the study, it will be examined the development of re-election within the scope of North-American presidentialism as well as that of some Latin-American countries in order to analyze Brazilian context subsequently. Under this approach, former and current discussions will be presented – from the perspective of presidential re-election in Brazil – regarding the improvement of Brazilian democracy as well as its institutional model. Having said that, the research aims to answer the following question: is presidential re-election a factor that strengthens vices of Brazilian presidentialism?

Keywords: Re-election. Term of office. Chief Executive Officer. Brazilian presidentialism. Coalition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O INSTITUTO DA REELEIÇÃO PRESIDENCIAL.....	12
1.1 A reeleição e a duração do mandato presidencial: entre o continuísmo e a continuidade	12
1.2 O instituto da reeleição no presidencialismo norte-americano	17
<i>Considerações finais sobre a reeleição no presidencialismo norte-americano</i>	35
1.3 O instituto da reeleição no presidencialismo latino-americano	37
<i>Argentina</i>	39
<i>Bolívia</i>	41
<i>Colômbia</i>	43
<i>Costa Rica</i>	46
<i>Chile</i>	48
<i>Equador</i>	48
<i>Honduras</i>	50
<i>México</i>	51
<i>Paraguai</i>	54
<i>Peru</i>	55
<i>Uruguai</i>	57
<i>Venezuela</i>	58
<i>Considerações finais sobre a reeleição no presidencialismo latino-americano</i>	61
2 A REELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	68
2.1 A tradição da vedação da reeleição presidencial: da Constituição de 1891 à Constituição de 1988.....	68
2.2 A Proposta de Emenda Constitucional n. 1/1995: a retomada do debate da reeleição presidencial	81
2.3 A Emenda Constitucional n. 16/1997: a inédita introdução da reeleição para os cargos dos Chefes do Poder Executivo e seus desafios diante do Judiciário e do Legislativo	89
3 AS EXPERIÊNCIAS DA REELEIÇÃO NO PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO	99
3.1 A reeleição de Fernando Henrique Cardoso.....	103
3.2 A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva.....	110
3.3 A reeleição de Dilma Vana Rousseff.....	118
CONCLUSÃO: REELEIÇÃO PRESIDENCIAL NO BRASIL COMO FATOR DE POTENCIALIZAÇÃO DE VÍCIOS (?).....	127
REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

O tema da reeleição no presidencialismo norte-americano, latino-americano e brasileiro tem propiciado, ao longo da história constitucional, instigantes debates, nos quais – de forma pendular – oscilam entre aqueles que, ao examinarem seus reflexos em diferentes contextos político-eleitorais, criticam e defendem o instituto.

Ao lado disso, os desafios da contemporaneidade têm demonstrado que as instituições políticas, de maneira global, estão em constante transformação e suas balizas vêm sendo recorrentemente testadas. Continuísmos confundidos com continuidade de líderes na chefia do Poder Executivo, excessivas personalizações do poder, populismos e exercícios ilimitados do poder são fenômenos que merecem detida atenção nos tempos atuais.

Partindo dessa premissa, o presente estudo seguirá um itinerário que se inicia com a análise do continuísmo e da continuidade relacionados à duração do mandato e à reeleição do Chefe do Poder Executivo em sistemas presidencialistas, tendo em vista a importância, em contextos democráticos, da periodicidade dos mandatos eletivos.

Assim, no **primeiro capítulo**, pretende-se demonstrar o quanto é desafiadora a definição de limites à duração do mandato e à reeleição presidencial, na medida em que, na tênue interação entre o tempo da política e o tempo para concretização das expectativas da sociedade, faz-se necessária a ponderação entre o tempo razoável para a execução dos projetos pretendidos pelo governante e a preservação da alternância, a fim de se evitar a perpetuação de um mesmo indivíduo no poder.

Após essa breve aproximação, ainda no primeiro capítulo, será investigado o desenvolvimento do instituto da reeleição presidencial nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina, especificamente Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Na linha de investigação proposta, o exame do desenvolvimento e da aplicação do instituto da reeleição nos sistemas presidencialistas norte-americano e latino-americano – marcados por suas diferenças históricas e culturais – visa reacender discussões e reflexões sobre a introdução da reeleição presidencial no Brasil. Objetiva-se, assim, aferir os efeitos da reeleição presidencial nessas distintas realidades sociopolíticas e verificar se os países examinados inspiraram – ou melhor, se ainda influenciam – o desenho institucional brasileiro.

No **segundo capítulo**, o estudo passará ao exame da reeleição presidencial no Brasil, buscando, sob um prisma histórico-constitucional, evidenciar que, desde a primeira Constituição republicana, a tradição constitucional brasileira direcionava-se para a vedação absoluta da reeleição presidencial.

Para tanto, será realizada uma minuciosa análise sobre como a reeleição e a duração do mandato presidencial foram previstos nos textos constitucionais de 1891 a 1988, verticalizando o estudo em dois períodos específicos: antecedentes da Constituição de 1891 e da Constituição de 1988.

Em seguida, será averiguada a Proposta de Emenda Constitucional n. 1/1995, que retomou o debate sobre a reeleição presidencial e que deu origem à Emenda Constitucional n. 16/1997, com o registro de relevantes pronunciamentos realizados em audiências públicas na Câmara dos Deputados, a fim de demonstrar como o tema da reeleição do Chefe do Poder Executivo Federal foi enfrentado pelas posições favoráveis e contrárias ao instituto naquele período histórico.

Ainda no segundo capítulo, será analisada a Emenda Constitucional n. 16/1997, que introduziu, de forma inédita, a reeleição para o cargo de Presidente da República, em contrariedade à tradição da vedação absoluta da reeleição, presente ao longo da história constitucional brasileira desde a primeira república.

Nessa abordagem, pretende-se expor que a interpretação da referida Emenda Constitucional gerou controvérsias, que foram suscitadas perante os Poderes Judiciário e Legislativo, sendo alvos desse estudo: i) a desincompatibilização dos Chefes do Poder Executivo em exercício para a disputa da reeleição para o mesmo cargo; ii) a elegibilidade dos Vices; e iii) propostas de emenda constitucional ainda em trâmite em ambas as Casas do Congresso Nacional, que visam o retorno da tradição da irrelegibilidade ou o aperfeiçoamento do instituto da reeleição.

Assim, ao fim desse capítulo, será possível identificar que, mesmo não sendo novidade o debate acerca do instituto da reeleição presidencial, o tema continua presente nas discussões contemporâneas relativas ao aprimoramento da democracia e ao aperfeiçoamento do desenho institucional brasileiro.

No **terceiro capítulo**, serão examinados os efeitos da reeleição presidencial no presidencialismo brasileiro.

No início desse capítulo, pretende-se abordar o sensível diálogo entre os princípios da oposição e da alternância no poder nas democracias contemporâneas para, em seguida, conectar essas aproximações ao presidencialismo brasileiro.

Conforme será demonstrado, o denominado Presidencialismo de Coalizão brasileiro, na experiência pós-Constituição de 1988, vem manifestando vícios.

Nesse prisma, o estudo se voltará ao exame das vicissitudes decorrentes do Presidencialismo de Coalizão brasileiro para avaliar o quanto elas afetam a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, especialmente no tocante à governabilidade e à funcionalidade do sistema político. Em seguida, será verificada a interação desse sistema político aqui desempenhado com a reeleição presidencial até então experimentada.

Nessa investigação, espera-se identificar – com as experiências dos então Presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, que alcançaram a reeleição ao cargo de chefia do Poder Executivo Federal – pontos de convergência e/ou divergência, de modo a averiguar se o instituto da reeleição do Chefe do Poder Executivo Federal potencializa, ou não, as vicissitudes manifestadas no Presidencialismo de Coalizão brasileiro.

Na conclusão, em vista do inesgotável enfrentamento entre favoráveis e contrários à reeleição presidencial e reconhecendo que houve avanços e retrocessos nesses mais de vinte anos da adoção da reeleição do Chefe do Poder Executivo Federal no Brasil, busca-se, como finalidade desta pesquisa, desvendar a seguinte questão: a reeleição presidencial é fator de potencialização de vícios do presidencialismo brasileiro?

CONCLUSÃO: REELEIÇÃO PRESIDENCIAL NO BRASIL COMO FATOR DE POTENCIALIZAÇÃO DE VÍCIOS (?)

Robert Dahl compreende que “a desigualdade entre os cidadãos é um problema grave e persistente em todos os países democráticos”.⁴²⁸

A desigualdade, seguramente, pode ser encarada por vários espectros.

Na política não é diferente. Afinal, a desigualdade de oportunidades entre os candidatos sujeitos à reeleição presidencial e os demais há muito desperta preocupações nos pleitos eleitorais.

Giovanni Sartori ensina que “aqueles que tomam a partida devem estar em condições iguais”.⁴²⁹ Não por outras razões, o princípio da igualdade de oportunidades nos pleitos eleitorais, como decorrência dos princípios democrático e da igualdade, conecta-se com o ideal de que os candidatos devem partir de condições, isto é, pontos de partida iguais.

Nesse sentido, Vinícius de Carvalho Madeira registra:

O direito fundamental e subjetivo de igualdade de oportunidades na concorrência eleitoral tem fundamento constitucional no princípio democrático e no princípio da igualdade, e decorre diretamente do direito ao sufrágio passivo que todos os candidatos têm e que implica no direito de poderem aceder aos cargos políticos em igualdade de condições.⁴³⁰

A preocupação com a desigualdade de oportunidades também é abordada por Karl Loewenstein, quando discorre sobre os controles do financiamento de campanhas eleitorais:

(...) a desigualdade dos partidos e dos candidatos nos meios econômicos de que dispõem para a campanha eleitoral e, conseqüentemente, a desigualdade no uso dos meios de comunicação possuem uma importância decisiva para o resultado de uma eleição.⁴³¹

Conectando a desigualdade de oportunidades com o instituto da reeleição, Vinícius de Carvalho Madeira, em outra passagem, defende que “a reeleição prejudica o direito à igualdade na concorrência eleitoral”.⁴³² Em sentido semelhante, Antonio Lavareda argumenta que a reeleição “instaura um desequilíbrio absoluto entre os recursos”, haja vista

⁴²⁸ DAHL, Robert. *A democracia e seus críticos*. Tradução Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. 531.

⁴²⁹ Tradução livre. SARTORI, Giovanni. *¿Qué es la democracia?*. Nueva ed., rev. y ampl. Madrid: Taurus, 2007. p. 211.

⁴³⁰ MADEIRA, Vinicius de Carvalho. **República, democracia e reeleições**: o princípio da renovação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013. p. 125.

⁴³¹ LOEWENSTEIN, Karl. **Teoría de la constitución**. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1970. p. 343-344.

⁴³² MADEIRA, Vinicius de Carvalho. **República, democracia e reeleições**: o princípio da renovação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013. p. 125.

que “os candidatos que estão no poder iniciam sua campanha com muito mais antecedência” e “podem contar com um volume bem maior de recursos para a campanha”.⁴³³

Nessa perspectiva, Paulo Torelly também compreende que a reeleição dos Chefes do Poder Executivo para o período subsequente propicia a desigualdade entre os candidatos, sob o argumento de que “(...) o governante inicia o processo eleitoral após um período de mais de três anos de ampla e imponderável exposição na grande imprensa e na condição de agente político e gestor público”.⁴³⁴

Não é diferente a conclusão de Paula Bernardelli e Eneida Desiree Salgado, segundo as quais, com o instituto da reeleição para cargos de chefia do Poder Executivo, “tem-se a dificuldade de traçar o limite entre o uso devido da publicidade institucional e a promoção pessoal do agente público, que, possivelmente, buscará um novo mandato”.⁴³⁵

Por sua vez, Paulo Henrique dos Santos Lucon pontua:

(...) a total disparidade entre os candidatos gerada pelo poder do dinheiro em algumas campanhas, o uso da máquina pública como meio de propaganda pelos detentores do poder e a possibilidade de reeleição continuam, cada vez mais, a transformar as eleições no Brasil em uma disputa absolutamente desigual.⁴³⁶

Ocorre que, ao lado da constatação da evidente desigualdade de oportunidades entre os candidatos nessas circunstâncias, parece que as vicissitudes manifestadas no presidencialismo brasileiro se agravam com o instituto da reeleição presidencial.

Antes de adentrar na questão da reeleição presidencial propriamente dita, tendo em vista que o denominado Presidencialismo de Coalizão brasileiro pós-Constituição de 1988 vem demonstrando algumas problemáticas que se relacionam, direta e indiretamente, com o objeto da presente pesquisa, torna-se fundamental destacar algumas das vicissitudes desse sistema desempenhado nos moldes brasileiros.

⁴³³ LAVAREDA, Antonio. Principais marcas das eleições municipais brasileiras de 2008. In: / LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. (Orgs). **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 45.

⁴³⁴ TORELLY, Paulo Peretti. A substancial inconstitucionalidade da regra da reeleição: isonomia e república no direito constitucional e na teoria da constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008. p. 263. Por outro lado, é inegável que os efeitos negativos da exposição na chefia do Poder Executivo, em qualquer nível federativo, podem comprometer a reeleição.

⁴³⁵ BERNARDELLI, Paula; SALGADO, Eneida Desiree. A adoção da reeleição para o poder Executivo no Brasil e suas incoerências com o sistema constitucional e eleitoral. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015. p. 103-104.

⁴³⁶ LUCON, Paulo Henrique dos Santos. A importância da propaganda eleitoral na renovação da política nacional e os efeitos da propaganda institucional na reeleição. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo** – **RIASP**, v. 17, n. 33, p. 195-208, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/77175>>. Acesso em: 2 fev. 2019. p. 206.

Primeiro, o excessivo número de partidos políticos com representação no Congresso Nacional, isto é, o multipartidarismo à brasileira, exacerbado e fragmentado.

De acordo com Sérgio Antônio Ferreira Victor:

A média de partidos representados no Parlamento no período posterior à Constituição de 1988 não é menor do que 15 partidos por Legislatura. O quadro não é apenas de multipartidarismo, mas de intensa fragmentação.⁴³⁷

Ao examinar as falhas do Presidencialismo de Coalizão pós-Constituição de 1988, Sérgio Abranches identifica como um dos principais obstáculos ao sistema:

(...) a hiperfragmentação partidária, pois afeta diretamente a formação de coalizões, o seu tamanho e a probabilidade de serem estáveis, além de propiciar terreno fértil para o clientelismo e a corrupção. A fragmentação reflete o aumento excessivo do número de partidos com poder de veto e impõe coalizões mais extensas e heterogêneas, mesmo que o presidente se contentasse com uma coalizão natural, de maioria simples.⁴³⁸

Em outra passagem, Sérgio Antônio Ferreira Victor explica:

A excessiva fragmentação do quadro partidário gera partidos tão fracos que se pode dizer que a cooptação deles por parte do Executivo revela-se a própria finalidade ou destinação da função dessas legendas, seja quem for o ocupante da presidência.⁴³⁹

Por seu turno, André Ramos Tavares, ao tratar dos partidos políticos e da crise de representatividade, adverte que o sistema pluripartidário pode acentuar – a despeito de assegurar o pluralismo político – a crise política, uma vez que possibilita a multiplicação de “legendas de aluguel”, bem como propicia outros distúrbios relativos à “perpetuação de partidos sem real vocação para defesa de uma ideologia, de um segmento social, ou mesmo sem real interesse de se firmar como alternativa útil de representação política”.⁴⁴⁰

Nesse sentido, Giovanni Sartori assevera que “provavelmente nenhum país no mundo atual é tão avesso aos partidos como o Brasil – na teoria e na prática. Os políticos se relacionam com seus partidos como ‘partidos de aluguel’”.⁴⁴¹

⁴³⁷ VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Presidencialismo de coalizão**: exame do atual sistema de governo brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 135.

⁴³⁸ ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 345.

⁴³⁹ VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Presidencialismo de coalizão**: exame do atual sistema de governo brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 136.

⁴⁴⁰ TAVARES, André Ramos. A jurisprudência sobre partidos políticos no Supremo Tribunal Federal: entre eleições, poder econômico e democracia. In: NORONHA, João Otávio de; KIM, Richard Pae (Coords.). **Sistema político e direito eleitoral brasileiros**: estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli. São Paulo: Atlas, 2016. p. 46.

⁴⁴¹ SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional**: como mudam as constituições. Tradução Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1996. p. 112.

Nessa mesma linha argumentativa, Scott Mainwaring elucida que “o Brasil é um caso excepcional de fragilidade partidária. (...) No Brasil, os partidos aparecem e desaparecem com assombrosa frequência”.⁴⁴²

Com efeito, a proliferação e a multiplicidade de partidos políticos no Brasil acabam por dificultar a governabilidade,⁴⁴³ o reconhecimento da oposição e a efetiva representação dos interesses gerais⁴⁴⁴ da sociedade na esfera política.

Segundo, a formação de coalizões, por vezes instáveis, incoerentes e clientelistas.

Sobre esse vício, Sérgio Abranches adverte: “a distribuição de cargos e verbas é um dos instrumentos de manutenção de coalizões, em toda parte. A diferença é se essa distribuição adota critérios político-programáticos ou puramente clientelistas”.⁴⁴⁵

Giovanni Sartori, ao examinar a política de barganha na interação entre os representantes do Executivo e Legislativo, explica que “o Presidente pode conseguir no Congresso os votos de que necessita, barganhando favores eleitorais”.⁴⁴⁶

E, no tocante à realidade brasileira, Saul Cunow, Barry Ames, Scott Desposato e Lucio Rennó identificam que “o Brasil tem uma reputação de barganhas de recursos entre o Executivo e Legislativo, com legisladores dispostos a negociar votos por nomeações com cunho clientelista”.⁴⁴⁷

⁴⁴² MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Tradução Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 33.

⁴⁴³ Em seu ensaio sobre a (in) governabilidade brasileira, Manoel Gonçalves Ferreira Filho ensina que “é necessário diminuir o número de partidos, por meio de exigência de representatividade mínima. E fortalecê-los pela disciplina, em proveito de sua coerência e da valorização de seu programa”. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Governabilidade e revisão constitucional: ensaio sobre a (in)governabilidade brasileira especialmente em vista da Constituição de 1988). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 193, p. 1-11, jul. 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45767/47094>>. Acesso em: 20 nov. 2018, p. 11.

⁴⁴⁴ O multipartidarismo à brasileira nos moldes aqui desempenhados não pode ser encarado como resultado de uma ampla diversidade ideológica, nem mesmo deve ser reconhecido como reflexo do princípio constitucional do pluralismo político. Parece certo afirmar, por outro lado, que os partidos políticos brasileiros, em geral, não possuem agendas programáticas e ideológicas coerentes.

⁴⁴⁵ ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão e crise de governança. In: TAVARES, José Antônio Giusti (Org.) **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003. p. 79.

⁴⁴⁶ SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional**: como mudam as constituições. Tradução Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1996. p. 104.

⁴⁴⁷ CUNOW, Saul; AMES, Barry; DESPOSATO, Scott; RENNÓ, Lucio. Reelection and legislative power: surprising results from Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 533-558, 2012. p. 23.

Diante dessa realidade, Sérgio Abranches destaca:

A cooptação como método de formação de coalizões leva à preferência por benefícios materiais e, como o mensalão e a Lava Jato indicaram, pode incentivar o uso de propinas para partidos e pessoas, como bônus de participação na coalizão, em detrimento de aspirações programáticas.⁴⁴⁸

Nesse sentido, após a análise da experiência do Presidencialismo de Coalizão pós-Constituição de 1988, a manutenção de coalizões, por vezes amplas, heterogêneas e incoerentes, somada às práticas clientelistas observadas são fatores que acabam por prejudicar, direta e indiretamente, a relação entre Executivo e Legislativo, especialmente no tocante à governabilidade e à funcionalidade do sistema político.

Terceiro, o amplo controle da agenda, a distribuição de pastas ministeriais e os vastos poderes do Presidente da República.

A experiência do Presidencialismo de Coalizão no Brasil pós-Constituição de 1988 demonstra que há uma alta concentração de poderes nas mãos do Chefe do Poder Executivo Federal, o que, invariavelmente, provoca desequilíbrio na relação entre os legisladores e o Presidente.⁴⁴⁹ De acordo com Sérgio Antônio Ferreira Victor:

O presidencialismo de coalizão conta, por fim, em seu funcionamento efetivo, com a hipertrofia legislativa do Executivo, que impõe sua agenda, especialmente por meio da utilização de medidas provisórias, mas também das iniciativas legislativas privativas, dos poderes de veto total e parcial e pedidos de urgência constitucional.⁴⁵⁰

De fato, o Presidente da República possui vasto aparato para controlar a agenda,⁴⁵¹ estabelecer suas bases, formar e modificar suas coalizões e distribuir pastas ministeriais a fim de implementar seus projetos e medidas. Com efeito, nos dizeres de Argelina Cheibub

⁴⁴⁸ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 346.

⁴⁴⁹ Daniel Zovatto e Raúl Ávila entendem que “(...) nos casos em que há uma forte concentração de poder no presidente, propicia-se a desinstitucionalização das estruturas políticas e um desequilíbrio em face dos demais ramos do Estado”. Tradução livre. ZOVATTO, Daniel; ÁVILA, Raúl. Reección presidencial en América Latina: nadando en contra de la ola? **Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE**, ano 2, n. 2, jan./jun. 2010. p. 51.

⁴⁵⁰ VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Presidencialismo de coalizão: exame do atual sistema de governo brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 124.

⁴⁵¹ Segundo Sérgio Antônio Ferreira Victor, “o poder de agenda que inegavelmente possui o Executivo no âmbito do presidencialismo de coalizão brasileiro é um importante instrumento de governabilidade, entendida essa como a capacidade de o governo agir antes da geração das crises, produzindo políticas públicas que resolvam problemas sociais e sustentando-as”. VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Presidencialismo de coalizão: exame do atual sistema de governo brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 111-112.

Figueiredo e de Fernando Limongi, “as relações entre Executivo e Legislativo são afetadas pela extensão dos poderes legislativos controlados pela presidência”.⁴⁵²

Diante desse quadro, em que se destacam três vicissitudes – entre várias outras existentes –, oriundas do Presidencialismo de coalizão no Brasil pós-Constituição de 1988, indaga-se: a reeleição presidencial no Brasil seria fator de potencialização de vícios? Ou melhor, a introdução do instituto da reeleição presidencial no Brasil, a partir da Emenda Constituição n. 16/1997, teria intensificado distúrbios já verificados no denominado Presidencialismo de Coalizão brasileiro?

No intuito de responder a esses questionamentos, pondera-se: se, por um lado, a reeleição presidencial representa a confirmação popular em favor da continuidade de governantes nos respectivos cargos do Poder Executivo, por outro, seu desempenho no presidencialismo brasileiro, para além de ter propiciado a desigualdade de oportunidades entre os candidatos, potencializou algumas facetas negativas, que prejudicam, como visto, a tênue relação entre o Poder Executivo e Legislativo.

Por seguro, esses fenômenos não derivam da introdução da reeleição presidencial no ordenamento jurídico brasileiro. Com ou sem reeleição presidencial, os distúrbios hoje observados no denominado Presidencialismo de Coalizão podem se manifestar.⁴⁵³ Todavia, parecem potencializados pela reeleição presidencial que veio a ser introduzida.

Nessa linha argumentativa, Sérgio Abranches afirma que as problemáticas advindas da introdução do instituto da reeleição no presidencialismo brasileiro, nos moldes aqui desenhados, são evidentes.

Ao tratar sobre o tema, o autor adverte que tão somente “o segundo mandato de Lula foi de melhor desempenho que o primeiro, porque colheu os frutos das políticas econômicas do FHC II e do Lula I”.⁴⁵⁴

Nesse exame das experiências das reeleições presidenciais no Brasil, argumenta o autor que “o ‘ciclo político-econômico’, que leva presidentes a manejar a política

⁴⁵² FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Fapesp, 1999. p. 23

⁴⁵³ Segundo Ana Paula Fuliaro: “Não se pode olvidar, contudo, que o uso dos recursos políticos em geral não é assunto exclusivo de competições em que se está diante da reeleição. Assim como se analisou, no Brasil em 2010 (quando o então Presidente da República elegeu sua sucessora), as forças políticas e os detentores do poder podem se valer dos recursos a sua disposição tanto para si como para eleger seus sucessores”. FULIARO, Ana Paula. **Democracia na América Latina: enfoque especial: alternância no poder**. 2016. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Direito. São Paulo: 2016. p. 115.

⁴⁵⁴ ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 342

macroeconômica para influenciar as eleições, agrava-se muito quando há reeleição, sobretudo quando dominam as coalizões clientelistas”.⁴⁵⁵

Diante disso, Marcelo Figueiredo afirma que “um dos principais problemas ínsito à reeleição diz respeito ao monopólio e abuso do poder de quem permanece no cargo e disputa uma reeleição”.⁴⁵⁶ Além disso, pontua que “a reeleição desequilibra as forças políticas fazendo pender a favor do candidato oficial toda a sorte de vantagens do poder”.⁴⁵⁷

O fato é que a experiência da reeleição presidencial no Brasil até agora aparenta intensificar a prática de condutas potencialmente irregulares eventualmente cometidas pelos Chefes do Poder Executivo – a partir de possíveis abusos da máquina pública ou de abusos de poder econômico e/ou político – que visariam tão somente o alcance da própria reeleição ou a manutenção de seu grupo político no poder.

Assim, atento às facetas negativas da manutenção do grupo político no poder (que, ressalta-se, pode ocorrer com ou sem reeleição), Sérgio Abranches explica que o ciclo político-econômico nas vésperas do pleito eleitoral de 2010 foi decisivo para a eleição de Dilma Rousseff, sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência:

Lula promoveu um desajuste fiscal, que Dilma aprofundou, criando um gigantesco problema para os anos que se seguiram ao seu breve segundo mandato. O ciclo político-econômico também ocorre quando não há reeleição. Todavia, ele tende a ser mais longo, mais intenso, e seu impacto fiscal negativo muito maior, quando há. Principalmente quando um mesmo partido elege e reelege presidentes em sucessão.⁴⁵⁸

Com essas considerações, e após a análise dos mandatos exercidos pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff (e Michel Temer, que não disputou a reeleição), é possível observar alguns pontos de convergência que demonstram como, de fato, o instituto da reeleição do Chefe do Poder Executivo Federal potencializa as vicissitudes observadas no denominado Presidencialismo de Coalizão brasileiro.

⁴⁵⁵ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 342

⁴⁵⁶ FIGUEIREDO, Marcelo. A reeleição do titular do poder Executivo nas Américas: a situação do Brasil. In: FIGUEIREDO, Marcelo. (Coord.) Novos rumos para o direito público: reflexões em homenagem à Professora Lúcia Valle Figueiredo. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 285.

⁴⁵⁷ FIGUEIREDO, Marcelo. A reeleição do titular do poder Executivo nas Américas: a situação do Brasil. In: FIGUEIREDO, Marcelo. (Coord.) Novos rumos para o direito público: reflexões em homenagem à Professora Lúcia Valle Figueiredo. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 287.

⁴⁵⁸ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 342

Na compreensão de Sérgio Abranches, o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso “foi politicamente mais instável, e a gestão de sua coalizão custou mais em termos fiscais e concessões clientelistas do que no primeiro. Esse custo se elevou a partir da introdução da reeleição na agenda presidencial”.⁴⁵⁹

Frederico Bertholini e Carlos Pereira, ao examinarem os custos de gerência das coalizões no presidencialismo brasileiro, evidenciam que, apesar de o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso ter tido um custo total relativamente baixo se comparado a outros períodos, no segundo mandato do então Presidente “houve um aumento expressivo dos custos totais de governo (...) e dos custos com o próprio PSDB”.⁴⁶⁰

Quanto ao segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, Sérgio Abranches afirma que “a manutenção da coalizão também custou mais caro. Sem considerar os custos da rede de corrupção político-empresarial e seus efeitos nos preços das obras públicas”.⁴⁶¹

Nessa mesma perspectiva, Frederico Bertholini e Carlos Pereira observam que:

(...) com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república, não apenas os custos totais de governo aumentaram (...), como também ocorreu uma inversão da composição dos custos, quando o partido do presidente passa a ser o principal destinatário em relação aos demais partidos da coalizão do presidente.⁴⁶²

Além disso, ao compararem os dois mandatos exercidos por Luiz Inácio Lula da Silva, os autores verificaram “(...) um pequeno aumento dos custos totais, principalmente a partir da metade do seu segundo mandato. Esse incremento se deveu fundamentalmente a uma ampliação dos custos com os outros partidos de sua coalizão em relação ao PT”.⁴⁶³

⁴⁵⁹ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 342-343

⁴⁶⁰ BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019. p. 540.

⁴⁶¹ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 343

⁴⁶² BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019. p. 540.

⁴⁶³ BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019. p. 540.

Apesar das crises experimentadas nos mandatos do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive relativas a escândalos de corrupção,⁴⁶⁴ Sérgio Abranches destaca que, durante o exercício do segundo mandato, Lula conquistou o “maior sucesso nos resultados junto à população”.⁴⁶⁵

Quanto ao exercício da Presidência por Dilma Vana Rousseff, Frederico Bertholini e Carlos Pereira observam que “o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff apresentou um incremento considerável dos custos totais de governo”.⁴⁶⁶

Ainda no tocante ao primeiro mandato da então Presidente, os autores asseveram que o governo de Dilma Rousseff se mostrou ainda mais dependente das coalizões formadas, sendo que “essa subida expressiva na necessidade de coalizão no governo Dilma 1 se deveu fundamentalmente ao aumento da fragmentação partidária no Legislativo”.⁴⁶⁷

Em face das dificuldades identificadas no primeiro mandato de Dilma, que refletiram diretamente no segundo mandato da então Presidente, Sérgio Abranches relata que, nesse período, foram experimentadas crises de várias ordens.

Assevera ainda que “o segundo mandato de Dilma Rousseff começou em crise e terminou em *impeachment*, com custos fiscais com a coalizão explosivos, particularmente no último semestre de 2015 e no primeiro de 2016”.⁴⁶⁸

Assim, como resultado desta pesquisa, extrai-se que o instituto da reeleição presidencial nessas três experiências do presidencialismo brasileiro pós-Constituição de 1988: i) acentuou a prática de políticas clientelistas; ii) aumentou os custos de manutenção

⁴⁶⁴ Cumpre esclarecer que escândalos de corrupção também estiveram presentes nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Dilma Vana Rousseff e Michel Temer.

⁴⁶⁵ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 343.

⁴⁶⁶ BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019. p. 541.

⁴⁶⁷ BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019. p. 540.

⁴⁶⁸ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 343.

das coalizões; e iii) potencializou o abuso da máquina pública⁴⁶⁹ nas vésperas dos pleitos eleitorais e a prática de atos de corrupção.⁴⁷⁰

Ciente disso, Sérgio Abranches conclui que “a reeleição só gerou custos e crises para o país”,⁴⁷¹ destacando, em seu estudo, que “há o desgaste natural, pelo tempo, do vigor político do presidente no segundo mandato. Uma espécie de fadiga da coalizão, que reduz a popularidade e a força de atração presidencial”.⁴⁷²

Não por outro motivo, Glauco Costa Leite sopesa:

A despeito de possibilitar a continuidade de uma determinada política administrativa por um período adicional de tempo, a reeleição institucionaliza os problemas inerentes à utilização não republicana da máquina da Administração Pública, de modo que, a bem do regime democrático e da alternância de poder, será muito melhor perder a oportunidade de reconduzir um bom governante de forma imediata, do que autorizar a reeleição e instigar os governantes a se perpetuarem no poder, fazendo desse seu principal objetivo, flertando com diversas práticas corruptivas.⁴⁷³

Desse modo, se, de um lado, é possível compreender, na linha defendida por Alexandre de Moraes, que “a reeleição é democrática, e deve ser implementada, juntamente com a concessão de maiores mecanismos e instrumentos para a Justiça eleitoral e o

⁴⁶⁹ Paulo Henrique dos Santos Lucon destaca que “a possibilidade de reeleição para os cargos de Prefeito, Governador e Presidente da República estimula ainda mais o uso da máquina pública nas campanhas eleitorais, principalmente por meio do uso ilícito da propaganda institucional, que permite levar a efeito uma propaganda eleitoral velada, destinada a manter no poder quem nele já se encontra ou apoiar possíveis sucessores”. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. A importância da propaganda eleitoral na renovação da política nacional e os efeitos da propaganda institucional na reeleição. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo – RIASP**, v. 17, n. 33, p. 195-208, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/77175>>. Acesso em: 2 fev. 2019. p. 207. Nesse mesmo sentido, explica Vinícius de Carvalho Madeira: “é concreta a possibilidade de o mandatário no Poder Executivo empregar a máquina governamental para influir na vontade popular”. MADEIRA, Vinicius de Carvalho. **República, democracia e reeleições**: o princípio da renovação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013. p. 126.

⁴⁷⁰ De fato, não é de hoje que a temática da corrupção se conecta com as mazelas por ventura observadas nos presidencialismos, sobretudo no brasileiro, seja com ou sem a previsão de reeleição do Presidente da República. De acordo com Waldo Ansaldi, no contexto latino-americano, em geral, a democracia sofre riscos derivados da corrupção estrutural. Registra o autor que “a perda de confiança nas instituições centrais da democracia liberal - partidos políticos, Congresso Nacional, Poder Judiciário - é um indicador chave de pouco mais de duas décadas de democracia. (...) Outra ação corrosiva das atuais democracias latino-americanas é aquela exercida pela corrupção estrutural”. ANSALDI, Waldo. La democracia en América Latina, un barco a la deriva, tocado en la línea de flotación y con piratas a estribor: una explicación de larga duración. In: ANSALDI, Waldo (Director) **La democracia en América Latina**: un barco a la deriva. I. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. p. 105-106.

⁴⁷¹ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 343.

⁴⁷² ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988. p. 343.

⁴⁷³ LEITE, Glauco Costa. Reeleição presidencial no Brasil e seus reflexos na qualidade democrática e no combate à corrupção. In: HIROSE, Regina Tamarni (Coord.). **Carreiras típicas de Estado**: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 144.

Ministério Público coibirem o uso da máquina administrativa”,⁴⁷⁴ de outro lado, defende-se que é insuficiente a análise do instituto da reeleição presidencial tão-somente sob o prisma do caráter democrático, ou não, do instituto.

Ao lado desse fator (que é essencial, frisa-se), é indispensável o exame da funcionalidade e do desempenho da reeleição presidencial no sistema político em que está inserida. Por isso, investigou-se a reeleição presidencial nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina para, finalmente, chegar-se ao objeto da presente pesquisa: a reeleição presidencial no contexto brasileiro.

Nos Estados Unidos, constata-se que a 22ª Emenda limitou, de modo expresse, em dois mandatos, com duração de quatro anos cada, o exercício da Presidência. Em verdade, na experiência norte-americana, a referida Emenda codificou uma muito antiga tradição (costume constitucional) de dois mandatos presidenciais, inaugurada pelo então Presidente George Washington, confirmada por Thomas Jefferson e pelos diversos presidentes subsequentes, apenas e tão somente quebrada pelos quatro mandatos presidenciais de Franklin Delano Roosevelt. Assim, a 22ª Emenda fixou a regra de que o Chefe do Poder Executivo pode exercer no máximo dois mandatos, vedando a reeleição para um terceiro mandato, sucessivo, ou não aos anteriores.

Não obstante a previsão constitucional sobre o tema nos Estados Unidos (e da longa tradição de dois mandatos para o exercício da Presidência), observa-se que, mesmo em uma democracia consolidada como a norte-americana, cujo presidencialismo e as formas de controle são vistos como influência para a realidade sociopolítica de outros países, ainda estão presentes, na atualidade, dilemas referentes à duração do mandato e à reeleição presidencial.

O fato é que a matriz constitucional norte-americana não parece ter, para si, uma “verdade” livre de vícios, muito menos para outros povos com suas respectivas particularidades, inclusive no tocante à reeleição presidencial. A propósito, José Levi Mello do Amaral Júnior destaca o sugestivo jogo de palavras de Adam Liptak no título da resenha *"We the People" loses appeal with people around the world* (in The New York Times), destacando o gradual declínio da influência da Constituição norte-americana perante outras nações.⁴⁷⁵

⁴⁷⁴ MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 244.

⁴⁷⁵ AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. A Constituição do povo e sua afirmação popular. **Revista Consultor Jurídico**, 6 de outubro de 2013. Coluna **Análise Constitucional**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-out-06/analise-constitucional-constituicao-moldar-vontade-povo>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Conectando essas ideias à análise da reeleição presidencial na América Latina, especificamente na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, na Costa Rica, no Chile, no Equador, em Honduras, no México, no Paraguai, no Peru, no Uruguai e na Venezuela, apesar dos distintos contextos culturais e políticos de cada país, que seguramente influenciam o desenho institucional e o emprego, ou não, da reeleição presidencial em cada sistema político, identifica-se que o casuísmo, no trato recente da reeleição presidencial, parece ser fator comum de instabilidade severa nos países latino-americanos investigados.

Ao examinar a história de alguns países latino-americanos, marcadas por continuísmos, ditaduras e personalizações do poder, é possível constatar certa aversão e medo da sociedade à reeleição presidencial, fazendo com que seja mais frequente entre os estudiosos do tema na América Latina a defesa pela vedação do instituto.

Todavia, as multiplicidades dos desenhos institucionais e das formas com que a reeleição presidencial é adotada nos textos constitucionais dos países latino-americanos examinados demonstram que a existência de limites constitucionais à duração de mandato e à reeleição presidencial não impedem que alterações constitucionais sejam feitas, ou até mesmo que novas interpretações sobre o tema sejam realizadas pelas respectivas Cortes constitucionais ou Supremas Cortes.

Em outras palavras, pode-se afirmar que a previsão constitucional de limites à duração do mandato e à reeleição presidencial é necessária (ainda que seja, por si só, insuficiente), para assegurar segurança jurídica e afastar, ao menos formalmente, eventuais continuísmos. Entretanto, é evidente que eventuais pretensões de continuidade ilimitada e indefinida de líderes políticos (por vezes identificadas no cenário latino-americano), com ou sem apoio popular, podem ensejar, a depender do contexto político, interpretações e ações discricionárias, em caminho oposto às matrizes republicanas e democráticas.

Como visto, na atualidade, é possível vislumbrar – em razão da tênue relação entre o continuísmo e a continuidade no que diz respeito à duração do mandato e à reeleição dos Chefes do Poder Executivo em sistemas presidencialistas – manobras que confundem a continuidade com o continuísmo sendo utilizadas como instrumento para, via alterações constitucionais que acabam por reduzir a alternância, permitir a continuidade de líderes no poder, seja por meio não democrático, seja pela adoção de reeleições ilimitadas, sob o falso véu democrático.

Por essas razões, não há falar em garantia da continuidade ilimitada dos bons governantes – mesmo que eleitos com aprovação popular – para os cargos eletivos de chefia do Poder Executivo, pois, nos dizeres de Vinícius de Carvalho Madeira:

Qualquer que seja o motivo para se limitar o número de mandatos possíveis – *fear of power, fear of age, ou desire for change* (medo do poder, medo da idade ou desejo de mudança) – todos são motivos suficientes para justificar os limites à reeleição.⁴⁷⁶

No Brasil, por sua vez, o trato da reeleição e da duração do mandato presidencial demonstra que são sensíveis as aproximações dos textos constitucionais de 1891 a 1988.

Desde a primeira Constituição republicana, constata-se que a tradição constitucional brasileira se direcionou para a vedação absoluta da reeleição presidencial, tradição essa que foi modificada pela Emenda Constitucional n. 16/1997, a qual introduziu, de forma inédita na história constitucional brasileira, a reeleição para o Presidente da República, tendo sido expressa, também, e no mesmo sentido, relativamente aos demais Chefes dos Poderes Executivos, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Todavia, essa Emenda Constitucional não passou livre de enfrentamentos.

Diante disso, alguns desafios perante o Poder Judiciário e Legislativo foram examinados e, como resultado, extraiu-se que: i) o exame da constitucionalidade da emenda da reeleição ainda não foi alvo direto de controle por parte do Judiciário brasileiro, muito embora tenham sido observadas discussões no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral referentes à desincompatibilização dos Chefes do Poder Executivo para a disputa da reeleição e à elegibilidade dos Vices; e ii) tramitam, em ambas as Casas do Congresso Nacional, propostas de emenda constitucional que visam o retorno à tradição de irrelegibilidade ou o aperfeiçoamento da reeleição presidencial.

Nessa análise, observou-se que os ânimos contrários à reeleição presidencial ainda se fazem presentes nos debates contemporâneos. E mais, essa constatação não destoa do passado.

Num prisma histórico, é interessante observar que ao menos um caso estadual parece validar a importância dessa previsão (e tradição) constitucional relativa à vedação absoluta da reeleição presidencial: no Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros exerceu o cargo de

⁴⁷⁶ MADEIRA, Vinicius de Carvalho. **República, democracia e reeleições**: o princípio da renovação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013. p. 129.

governador durante 25 anos, em razão da ausência de vedação à reeleição do Chefe do Poder Executivo na Constituição do Estado.⁴⁷⁷

Se, de um lado, é marcante a permanência duradoura de Borges de Medeiros na chefia do Poder Executivo do Rio Grande do Sul, de outro lado, é significativa a sua mudança de pensamento político-institucional em sua obra “O Poder Moderador na República Presidencial”. A viragem de concepção sobre o tema é observada quando Borges de Medeiros assevera, em seus escritos, que o presidencialismo brasileiro “já em seus primeiros dias, degenerara em um regime de governo unipessoal e ditatorial”.⁴⁷⁸ E mais ainda, quando registra:

Ninguém, que examine sem preconceito o passado nacional, deixará de reconhecer quanto contribuiu essa degenerescência progressiva do governo presidencial para os erros e crises que vêm atormentando a República durante os seus 44 anos de existência, a maior parte deles transcorridos sob ditaduras *legais e extralegais*.⁴⁷⁹

É bastante sugestivo o fato de o mesmo Rio Grande do Sul (ente federado que, como visto, conheceu, no passado distante, prática de reeleições reiteradas), após a Emenda Constitucional n. 16/1997, ainda não ter reeleito nenhum governador, não obstante cinco tenham tentado a reeleição (a exceção foi Olívio Dutra, cuja nova candidatura foi preterida, em 2002, pela respectiva agremiação partidária em favor de Tarso Genro, então Prefeito de Porto Alegre, que veio a ser derrotado nas urnas).

O que se pode extrair dessa breve digressão a respeito da reeleição do Chefe do Poder Executivo no âmbito estadual – que, por não se tratar de objeto deste estudo, teve como propósito demonstrar os vícios da longa duração de uma única pessoa na chefia do Executivo – é que a própria história brasileira, mesmo que em esfera estadual, demonstra que a vedação da reeleição presidencial pode (e deve) ser encarada como positiva ao presidencialismo brasileiro, sobretudo quando já identificados vícios dele decorrentes.

Mesmo reconhecendo que, no prisma federal, a alternância e a previsão constitucional da reeleição foram respeitadas nas transições de Fernando Henrique Cardoso,

⁴⁷⁷ Paulo Brossard explica que “Antônio Augusto Borges de Medeiros por dez anos governou o Rio Grande, de 1898 a 1908; foi substituído, por indicação sua, por Carlos Barbosa, que, aliás, realizou fecunda administração; ao governo retornou em 1913, tendo sido reeleito em 1917 e em 1922. Foram vinte e cinco anos”. BROSSARD, Paulo. Borges de Medeiros e a evolução de seu pensamento político. 2. ed. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 1993. In: MEDEIROS, Borges de. **Poder moderador na República presidencial**. Caxias do Sul: Educs, 2002. p. 40.

⁴⁷⁸ MEDEIROS, Borges de. **Poder moderador na República presidencial**. Caxias do Sul: Educs, 2002. p. 109.

⁴⁷⁹ MEDEIROS, Borges de. **Poder moderador na República presidencial**. Caxias do Sul: Educs, 2002. p. 109.

Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff na Presidência, os custos e desgastes político-institucionais com a reeleição presidencial revelaram-se, ao menos nessas experiências examinadas e já vivenciadas até o momento, prejudiciais à estabilidade e funcionalidade do sistema político adotado no Brasil.

Em outras palavras, comprovou-se, a partir do exame das experiências de reeleição presidencial no Brasil – governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff – que o instituto potencializou alguns dos vícios já manifestados no Presidencialismo de Coalizão brasileiro. Em outras palavras, conforme já destacado, a reeleição presidencial no Brasil: i) acentuou a prática de políticas clientelistas; ii) aumentou os custos de manutenção das coalizões; iii) potencializou o abuso da máquina pública nas vésperas dos pleitos eleitorais e a prática de atos de corrupção.

Por essas razões, Tarcisio Vieira de Carvalho Neto defende o retorno à tradição da irrelegibilidade, pois “traria efeitos virtuosos sobre um quantitativo enorme de questões eleitorais, dentre as quais as relacionadas com: a) condutas vedadas; b) abusos de poder político e econômico; e c) proibição de promoção pessoal na publicidade institucional”.⁴⁸⁰

Por seu turno, Paulo Torelly, favorável ao retorno da referida tradição, compreende que a vedação da reeleição dos Chefes do Poder Executivo asseguraria:

- a) a imprescindível isonomia entre os candidatos; b) a pluralidade democrática com a isonomia entre as forças políticas que disputam os pleitos eleitorais; c) a necessária distinção entre a administração pública, a gestão e a chefia do Estado e as sucessivas disputas eleitorais; e, por último, d) a legitimidade racional e democrática dos processos eleitorais.⁴⁸¹

Logo, ante os dilemas decorrentes da estreita relação entre o Poder Executivo e o Legislativo identificados nesta pesquisa – que tratou dos efeitos da introdução e do desempenho da reeleição presidencial no presidencialismo brasileiro – e mesmo sabendo que a política é um desafio permanente, já é possível fazer balanço nitidamente negativo da reeleição presidencial na prática brasileira das últimas duas décadas.

⁴⁸⁰ CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de. Reeleição no Brasil: efeitos perversos no processo eleitoral. In: CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de; FERREIRA, Telson Luís Cavalcante; GONZAGA NETO, Admar et al. (Coords.). **Direito eleitoral**: aspectos materiais e processuais. São Paulo: Migalhas, 2016. p. 387.

⁴⁸¹ TORELLY, Paulo Peretti. A substancial inconstitucionalidade da regra da reeleição: isonomia e república no direito constitucional e na teoria da constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008. p. 276.

Seguramente, não se pode negar que a reeleição é almejada pelos representantes e desejada, por vezes, pelo próprio povo. Todavia, filia-se ao entendimento de Sérgio Sérulo da Cunha e Carlos Maximiliano, que, ao tratarem da reeleição presidencial, afirmam, respectivamente:

O que, no fragor da vitória, é exibido como adesão maciça dos desejos e das consciências, o tempo vai desnudando como fruto da coerção, manipulação, ou abuso do poder”.⁴⁸²

Nos países novos o perigo é maior. Permitida a reeleição, todos a disputariam, e a vitória caberia sempre ao governo, como acontece em todos os pleitos. Dever-se-ia o primeiro triunfo à persuasão, o segundo a corrupção, e os demais à violência.⁴⁸³

Por todo o exposto, à guisa de conclusão, cumpre responder, de forma objetiva, ao seguinte questionamento que acompanhou e motivou a presente pesquisa: a reeleição presidencial é fator de potencialização de vícios do presidencialismo brasileiro? Sim. O estudo da reeleição presidencial no Brasil possibilitou identificar o quanto e como esse instituto, na experiência de duas décadas, potencializa os vícios do presidencialismo brasileiro. A desigualdade de oportunidades entre os candidatos, a intensificação de práticas clientelistas, o aumento dos custos de manutenção das coalizões, a potencialização do abuso da máquina pública nas vésperas dos pleitos eleitorais e da prática de atos de corrupção são apenas alguns dos vários fenômenos que permitem chegar a essa conclusão. Em face disso, entende-se que seria positivo e saudável para o presidencialismo brasileiro nos moldes aqui desempenhado – em termos de funcionalidade e estabilidade – a retomada da tradição da vedação da reeleição presidencial.

⁴⁸² CUNHA, Sérgio Sérulo da. Reelection do presidente da República. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 33, n. 130. abr./jun. 1996. p. 54.

⁴⁸³ MAXIMILIANO, Carlos. **Commentarios à Constituição brasileira**. 3. ed. ampl. e de acordo com a reforma constitucional de 1925-26. Porto Alegre: Globo, 1929. p. 524. Mesmo reconhecendo que nem sempre o candidato à reeleição será o vencedor do pleito eleitoral, a potencialização dos vícios do Presidencialismo de Coalizão aqui desempenhado já se mostra suficiente para demonstrar o caráter negativo da reeleição presidencial no Brasil.

REFERÊNCIAS

Livros e Artigos Científicos

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1988.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão e crise de governança**. In: TAVARES, José Antônio Giusti (Org.) **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ACKERMAN, Bruce. **A nova separação dos poderes**. Tradução Isabelle Maria Campos Vasconcelos, Eliana Valadares Santos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ALBERDI, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina**. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017. Disponível em: <<https://bcn.gob.ar/uploads/BasesAlberdi.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

ÁLVAREZ V., Luis Daniel. **A reeleição na Venezuela: uma tragédia com muito continuísmo, personalismo e, em alguns casos, autocracia**. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

AMAR, Akhil Reed. **America's Constitution: a biography**. New York: Random House Publishing Group, 2012.

AMAR, Akhil Reed. **America's unwritten constitution: the precedents and principles we live by**. New York: Basic Books, 2012.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. **A Constituição do povo e sua afirmação popular**. **Revista Consultor Jurídico**, 6 de outubro de 2013. Coluna Análise Constitucional. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-out-06/analise-constitucional-constituicao-moldar-vontade-povo>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

AMORIM NETO, Octavio; ACÁCIO, P. Igor. **Presidential term limits as a credible-commitment mechanism: the case of Brazil's military regime**. Chapter prepared for the **Handbook of Presidential Term Limits**, edited by Robert Elgie and Alex Baturo, to be published by Oxford University Press in 2019. No prelo.

ANSALDI, Waldo. **La democracia en América Latina, un barco a la deriva, tocado en la línea de flotación y con piratas a estribor: una explicación de larga duración**. In: ANSALDI, Waldo (Director) **La democracia en América Latina: un barco a la deriva**. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

ARROYO, Cesár Landa. A reeleição presidencial no Peru. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

ATALIBA, Geraldo. Reeleição das mesas do Legislativo. **Revista de Infomação Legislativa**, Brasília, ano 18, n. 69, jan./mar. 1981.

ATALIBA, Geraldo. **República e Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2004.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BADENI, Gregorio. **Reforma Constitucional de 1994**. Disponível em: <<http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/pensar-en-derecho/revistas/5/reforma-constitucional-de-1994.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Constituição federal brasileira (1891): comentada**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BARBOSA, Rui. **A Constituição de 1891**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: Casa de Rui Barbosa, 1946.

BARRETO, Lauro. **Reeleição e continuísmo**: aspectos históricos, doutrinários, políticos e jurídico da Emenda Constitucional n. 16. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECERRA, Augusto Hernández. Presidencialismo e reeleição presidencial na Colômbia. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

BEÇAK, Rubens. Reforma política, aprofundamento dos meios de participação democrática e a questão do *recall*. In: CAGGIANO, Monica Herman S. (Org.). **Reforma Política: um mito inacabado**. Barueri, SP: Manole, 2017. (Série Culturalismo Jurídico / Coord. Cláudio Lembo).

BERNARDELLI, Paula; SALGADO, Eneida Desiree. A adoção da reeleição para o poder Executivo no Brasil e suas incoerências com o sistema constitucional e eleitoral. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400528&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmem C. Varriale, João Ferreira et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1986.

BOGADO, Gustavo Javier Rojas. Sobre a reeleição presidencial no sistema constitucional paraguaio. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

BONAVIDES, Paulo; PAES DE ANRADADE, Antônio. **História constitucional do Brasil**. 4. ed. Brasília: OAB Editora, 2002.

BROSSARD, Paulo. A reeleição é um insulto à nação. In: NERY, Sebastião. **A eleição da reeleição: histórias, estado por estado**. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

BROSSARD, Paulo. Borges de Medeiros e a evolução de seu pensamento político. 2. ed. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 1993. In: MEDEIROS, Borges de. **Poder moderador na República presidencial**. Caxias do Sul: EducS, 2002.

CAGGIANO, Mônica Herman Salem. **Reeleição**. São Paulo: Ceps, 1997.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. **Reforma política: um mito inacabado**. Barueri, SP: Manole, 2017. (Série Culturalismo Jurídico / Coord. Cláudio Lembo).

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da presidência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 2 v.

CARDOSO, Fernando Henrique; GRAEFF, Eduardo. O próximo passo. **Revista Plenarium**, ano IV, n. 4 (jun. 2007), Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

CAREY, John M. The reelection debate in Latin America. **Latin American Politics and Society**, v. 45, n. 1, p. 119-133, 2003.

CARPIZO, Jorge. Concepto de democracia y sistema de gobierno en América Latina. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 10 B, p. 9-65, 2006.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. Democracia representativa e o princípio da alternância no poder: das sociedades de massa às sociedades midiáticas. **Revista do Instituto do Ceará**, 2009, p. 163-181.

CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de. Reeleição no Brasil: efeitos perversos no processo eleitoral. In: CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de; FERREIRA, Telson Luís Cavalcante; GONZAGA NETO, Admar et al. (Coords.). **Direito eleitoral: aspectos materiais e processuais**. São Paulo: Migalhas, 2016.

CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de. O princípio da alternância no regime democrático. **Revista de Informação Legislativa**, v. 49, n. 196, p. 165-182, out./dez. 2012.

CORWIN, Edward S. **The Constitution and what it means today**. Princeton: Princeton University Press, 1920.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. Reeleição do presidente da República. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 33, n. 130. abr./jun. 1996.

CUNOW, Saul; AMES, Barry; DESPOSATO, Scott; Rennó, Lucio. Reelection and legislative power: surprising results from Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 533-558, 2012.

DAHL, Robert. A democracia e seus críticos. Tradução Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DAPKEVICIUS, Rubén Flores. A reeleição presidencial na República Oriental do Uruguai. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Tradução Cristiano Monteiro Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

EMERIQUE, Lilian Márcia Balmant. **Direito fundamental como oposição política: discordar, fiscalizar e promover alternância política**. Curitiba: Juruá, 2006.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 37. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Governabilidade e revisão constitucional: ensaio sobre a (in)governabilidade brasileira especialmente em vista da Constituição de 1988). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 193, p. 1-11, jul. 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45767/47094>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Fapesp, 1999.

FIGUEIREDO, Marcelo. A reeleição do titular do poder Executivo nas Américas: a situação do Brasil. In: FIGUEIREDO, Marcelo. (Coord.) Novos rumos para o direito público: reflexões em homenagem à Professora Lúcia Valle Figueiredo. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILA, Raul. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

FULIARO, Ana Paula. **Democracia na América Latina: enfoque especial: alternância no poder**. 2016. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Direito. São Paulo: 2016.

GAMBOA, Nataly Viviana Vargas. A segunda ou a primeira? Reelection presidencial de Juan Evo Morales Ayma. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

GARGARELLA, Roberto. Un breve balance de la reforma constitucional de 1994, 20 años después. **Revista Argentina de Teoría Jurídica**, v. 15, n. 2, (dic. 2014). Disponível em: <<http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/pensar-en-derecho/revistas/5/un-breve-balance-de-la-reforma-constitucional-de-1994-20-anos-despues.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2016.

HENRICH, Nathália. Uma breve história do debate sobre a reeleição presidencial nos Estados Unidos da América. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

HUALDE, Alejandro Pérez. Reelection na democracia argentina. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

JOBIM, Nelson. Ainda o *impeachment*. fluxograma (II). golpe? **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 out. 2016. Notícias, p. 27. Disponível em: <www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/NelsonJobim/ArtigosJornais/1081234.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

KIM, Richard Pae. Representação política e multipartidarismo. In: NORONHA, João Otávio de; KIM, Richard Pae (Coords.). **Sistema político e direito eleitoral brasileiros: estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli**. São Paulo: Atlas, 2016.

KORZI, Michael J. **Presidential term limits in American history: power, principles & politics**. College Station: Texas A&M University Press, 2011.

LAVAREDA, Antonio. Principais marcas das eleições municipais brasileiras de 2008. In: / LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. (Orgs). **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

LEITE, Glauco Costa. Reelection presidencial no Brasil e seus reflexos na qualidade democrática e no combate à corrupção. In: HIROSE, Regina Tamarni (Coord.). **Carreiras típicas de Estado: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How democracies die**. New York: Crown, 2018.

LINZ, Juan J. Democracy's time constraints. **International political science review**, número especial, v. 19, n. 1, p. 19-37, jan. 1998.

LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. **Journal of Democracy**, v. 1, n. 1, p. 51-69, winter 1990.

LINZ, Juan J. O tempo e a mudança dos regimes. **Documentação e Atualidade Política**, n. 2, p. 24-36, jan./mar. 1977.

LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. **Normas constitucionais não escritas: costumes e convenções da Constituição**. São Paulo: Almedina, 2014.

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoria de la constitución**. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1970.

LOEWENSTEIN, Karl. **Brasil under Vargas**. New York: Macmillan, 1944.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. A importância da propaganda eleitoral na renovação da política nacional e os efeitos da propaganda institucional na reeleição. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo – RIASP**, v. 17, n. 33, p. 195-208, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/77175>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

MACHADO, Mônica. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, jun./2009.

MADEIRA, Vinicius de Carvalho. **República, democracia e reeleições**: o princípio da renovação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os artigos federalistas**: 1787-1788. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Tradução Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARINHO, Josaphat, Reelection e desincompatibilização. **Jurídica Administração Municipal**, v. 2, n. 2, p. 1-2, fev. 1997.

MARTINS JUNIOR, José Paulo. Governistas e oposicionistas: padrões de votação nos governos Lula e Dilma. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José Roberto; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. (Orgs.). **Análise política e jornalismo de dados**: ensaios a partir do basômetro. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MAXIMILIANO, Carlos. **Commentarios à Constituição brasileira**. 3. ed. ampl. e de acordo com a reforma constitucional de 1925-26. Porto Alegre: Globo, 1929.

MEDEIROS, Borges de. **Poder moderador na República presidencial**. Caxias do Sul: Educ, 2002.

MELO, Carlos. Dilma: do desafio histórico à tecnocracia. **Interesse Nacional**, v. 6, n. 21, p. 61-70, abr./jun. 2013.

MENDONÇA FILHO. **Reeleição**: aprimorando o sistema presidencial brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

MIRANDA, Jorge. Os partidos políticos, estruturas sociais e a reforma do sistema político. **Revista do Ministério Público**, v.1, n.1 jan./jun. 1995, Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

MIRANDA, JORGE. **Teoria do estado e da constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Presidencialismo**. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAES, Alexandre de. Hipóteses de inelegibilidade do vice-chefe do Executivo. **Revista Consultor Jurídico**, 28 de fevereiro de 2014. Coluna Justiça Comentada. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-fev-28/justica-comentada-hipoteses-inelegibilidade-vice-chefe-executivo>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 9. ed. atualizada até a EC n. 71/12. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAIS, Carlos Blanco de. **O sistema político no contexto da erosão da democracia representativa**. Lisboa: Almedina, 2017. (Manuais Universitários)

NEGRETTO, Gabriel L. La reforma del presidencialismo en América Latina hacia un modelo híbrido. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 27, n. 1, p. 131-151, 2018.

NERY, Sebastião. **A eleição da reeleição**: histórias, estado por estado. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na câmara dos deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000, p. 709-735.

NOHLEN, Dieter. La reelección. In: NOHLEN Dieter; ZOVATO, Daniel; OROZCO, Jesús; THOMPSON, José. (Comp.). **Tratado de derecho electoral comparado de América Latina** 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica; San José Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2007.

OYARTE, Rafael. Factores y variables en la reelección presidencial: especial mención al caso ecuatoriano. In: OYARTE, Rafael. **Direito eleitoral**: debates ibero-americanos. Memórias do V Congresso Ibero-americano de Direito Eleitoral e do IV Congresso de Ciência Política e Direito Eleitoral do Piauí. Curitiba: Íthala, 2014.

PÉREZ, Álvaro Felipe Albornoz. A reeleição presidencial em Honduras. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

PÉREZ, Jorge Enrique Romero. Reelection presidencial na Costa Rica mediante a sentença do Tribunal Constitucional n. 2.771 de 2003. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. **A genese histórica da constituição federal**: subsidio para sua interpretação e reforma – os ante-projectos, contribuições e programmas. Rio de Janeiro: Off. Graph. da Liga Maritima Brasileira, 1917.

RUIZ, Jorge Fernández. La reelección en el régimen presidencial mexicano. In: RUIZ, Jorge Fernández. **Direito eleitoral**: debates ibero-americanos. Memórias do V Congresso Ibero-americano de Direito Eleitoral e do IV Congresso de Ciência Política e Direito Eleitoral do Piauí. Curitiba: Íthala, 2014.

SANTANO, Ana Claudia. Afinal, a reeleição é algo democrático? In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

SANTOS, Fabiano. Governos de coalizão no sistema presidencial: o caso do Brasil sob a égide da Constituição de 1988 In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional**: como mudam as constituições. Tradução Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1996.

SARTORI, Giovanni. **¿Qué es la democracia?**. Nueva ed., rev. y ampl. Madrid: Taurus, 2007.

SILVA, José Afonso da. Crise política e sua solução institucional: reflexões sobre o controle político no Brasil. **Revista brasileira de Direito Público – RBdP**, v. 13, n. 51, p. 9-17, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/98109>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SOUZA, Jose Soriano de. **Principios geraes de direito publico e constitucional**. Recife: Empreza da Provincia, 1893.

TAVARES, André Ramos. A jurisprudência sobre partidos políticos no Supremo Tribunal Federal: entre eleições, poder econômico e democracia. In: NORONHA, João Otávio de; KIM; Richard Pae (Coords.). **Sistema político e direito eleitoral brasileiros**: estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli. São Paulo: Atlas, 2016.

TEMER, Michel. **Constituição e política**. São Paulo: Malheiros, 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

TORELLY, Paulo Peretti. A substancial inconstitucionalidade da regra da reeleição: isonomia e república no direito constitucional e na teoria da constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

URBINA, Francisco Zúñiga. (Re)elección presidencial: algunas notas acerca del presidencialismo en chile. In: SANTANO, Ana Claudia. (Coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. Curitiba: Íthala, 2015.

VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Presidencialismo de coalizão**: exame do atual sistema de governo brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2015.

ZOVATTO, Daniel; ÁVILA, Raúl. Reelección presidencial en América Latina: nadando en contra de la ola? **Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE**, ano 2, n. 2, jan./jun. 2010.

ZOVATTO, Daniel. Reforma político-electoral e innovación institucional en América Latina (1978-2016). 1. ed. México: Tirant Lo Blanch, 2018. (Monografías)

Legislação e Jurisprudência

ARGENTINA. **Constituição Nacional da Nação Argentina de 1853**. Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. Disponível em: < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites//default/files/images/pdf/leyes/cpe/cpe.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BOLÍVIA. Tribunal Constitucional Plurinacional. **Declaración Constitucional Plurinacional 0003/2013**. 25/04/2013. Inteiro teor. Disponível

em: < https://blogs.ua.es/boliviadoxa/files/2014/11/Declaraci%C3%B3n0003_2013-TC-Bolivia.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

BOLÍVIA. Tribunal Constitucional Plurinacional. **Sentencia n. 0084/2017**. 28/11/2017. Inteiro teor. Disponível em: <[https://buscador.tcpbolivia.bo/_buscador/\(S\(1vp1uia1zog2zne2sssz5su\)\)/WfrJurisprudencia1.aspx](https://buscador.tcpbolivia.bo/_buscador/(S(1vp1uia1zog2zne2sssz5su))/WfrJurisprudencia1.aspx)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda Constitucional n. 1/1995**. Inteiro teor. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=24953>>.

BRASIL. Constituição (1967). **Emenda Constitucional n. 1/1969**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm

BRASIL. Constituição (1967). **Emenda Constitucional n. 19/1981**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc19-81.htm>. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 16/1997**. [>. Acesso em: 15 dez. 2018.A75](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm#art14%C2%)

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10 DE NOVEMBRO DE 1937)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional de Revisão n. 4/1994.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/ECR/ecr4.htm#art1>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Anteprojeto apresentado pela Comissão Affonso Arinos.** Disponível em: < <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituante/AfonsoArinos.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda Constitucional n. 4/1997.** Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18024>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 1805 MC.** Rel. Min. Néri da Silveira, Tribunal Pleno, julgado em 26.03.1998, DJ 14.11.2003. Inteiro teor do acórdão. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347277>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Consulta de resultados eleitorais:** eleições de 1988. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Consulta de Resultados Eleitorais:** eleições de 2002. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Consulta de resultados eleitorais:** eleições de 2006. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Consulta de resultados eleitorais:** eleições de 2010. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Consulta de resultados eleitorais:** eleições de 2014. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Consulta de resultados eleitorais:** eleições de 2018. Disponível em: < <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

CHILE. **Constituição Política da República do Chile de 1980.** Disponível em: < <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=242302>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

COLÔMBIA. **Constitución Política de Colombia.** Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

COLÔMBIA. Corte Constitucional de Colombia. **Sentencia c-141/10**. Integra do acórdão. Disponível em: < <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2010/C-141-10.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

COSTA RICA. **Constituição Política da República da Costa Rica de 1949**. Disponível em: < <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-politica-de-la-republica-de-costa-rica-de-1949/html/>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

COSTA RICA. **Constituição Política da República da Costa Rica**. Disponível em: < <https://www.poder-judicial.go.cr/salaconstitucional/index.php/shortcode/articulos-constitucionales?start=100>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

COSTA RICA. Sala Constitucional de Costa Rica. **Sentencia n. 2.771, de 2003**. Disponível em: < <https://nexuspj.poder-judicial.go.cr/document/sen-1-0007-236027>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

COSTA RICA. Sala Constitucional de Costa Rica. **Sentencia n. 7.818, de 2000**. Disponível em: < <https://nexuspj.poder-judicial.go.cr/document/sen-1-0007-137882>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

EQUADOR. **Constituição da República de Ecuador de 2008**. Disponível em: < http://bivicce.corteconstitucional.gob.ec/site/image/common/libros/constituciones/C_onstitucion_2008.pdf>. Acesso em: 5 nov.2018.

EQUADOR. Corte Constitucional do Equador. **Emiendas a la Constitución de la República del Ecuador**. Disponível em:<http://bivicce.corteconstitucional.gob.ec/local/File/Constitucion_Enmiendas_Interpretaciones/Enmiendas_Constitucion_2015.pdf

ESTADOS UNIDOS. **Constituição dos Estados Unidos**. 22ª EMENDA À CONSTITUIÇÃO. Disponível em:<http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>

HONDURAS. **Constituição da República de Honduras de 1982**. Disponível em: < http://www.oas.org/juridico/mla/sp/hnd/sp_hnd-int-text-const.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MÉXICO. **Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917**. Disponível em: < <https://www.scjn.gob.mx/sites/default/files/cpeum/documento/2017-03/CPEUM-083.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MÉXICO. **Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917**. Redação dada pela reforma de 2014. Disponível em: < <https://www.scjn.gob.mx/sites/default/files/cpeum/documento/2017-03/CPEUM-083.pdf>

PARAGUAI. **Constituição Nacional do Paraguai de 1992**. Disponível em: < <http://jme.gov.py/transito/leyes/cn1992.html>

PERU. **Constituição Política do Peru de 1993**. Disponível em: < <https://www.tc.gob.pe/tc/private/adjuntos/institucional/normatividad/constitucion.pdf>>. Acesso em: 5 nov.2018.

PERU. **Constituição Política do Peru de 1993**, com redação dada pela Lei n. 27.635. Disponível em: < <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

VENEZUELA. **Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999**. Disponível em: < http://www.asambleanacional.gob.ve/documentos_archivos/constitucion-nacional-7.pdf>. Acesso em: 5 nov.2018.

VENEZUELA. **Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999**: com redação dada pela Emenda n. 1/2009. Disponível em: < http://www.asambleanacional.gob.ve/documentos_archivos/constitucion-nacional-7.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Matérias Jornalísticas

ANIMAL POLITICO. **Reelección presidencial em América Latina**. Disponível em: < <https://www.animalpolitico.com/candidata/reeleccion-presidencial-en-america-latina/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BBC. **Bolivia dise ‘no’ en referendo a otra reelección de Evo Morales**. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/02/160223_bolivia_evo_morales_referendo_resultado_ep>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BBC. Brasil. **Em gravação feita por dono da JBS, ‘Temer dá aval a compra de silêncio de Cunha’, diz jornal; Presidente nega**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39956081>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BBC. **Congreso de Colombia elimina la reelección presidencial**. Disponível em: < http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/06/150603_colombia_congreso_elimina_reeleccion_presidencial_ng>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BBC. **Evo Morales: el Tribunal Electoral de Bolivia lo habilita como candidato presidencial tras haber perdido el referéndum por la reelección**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46450251>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BBC. **Quién es Juan Orlando Hernández, el primer presidente reelecto en Honduras desde el regreso de la democracia (y en las elecciones más controvertidas de la historia reciente)**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-42116189>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BBC. Brasil. **TCU recomenda ao Congresso rejeitar contas de Dilma: o que acontece agora?** Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151007_rejeicao_tcu_ms_ab

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Notícias. **Cunha recebe pedido de impeachment de Dilma elaborado por Hélio Bicudo**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/496297-CUNHA->

RECEBE-PEDIDO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-ELABORADO-POR-HELIO-BICUDO.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Notícias. **Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.** Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/501111-EDUARDO-CUNHA-ACEITA-PEDIDO-DE-IMPEACHMENT-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DW. Honduras: **Tribunal Supremo Electoral abre paso a reelección del actual presidente.** Disponível em: < <http://www.dw.com/es/honduras-tribunal-supremo-electoral-abre-paso-a-reelecci%C3%B3n-del-actual-presidente/a-19542765>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DW. **Supremo aprueba reelección presidencial en Honduras.** Disponível em: < <https://www.dw.com/es/supremo-aprueba-reelecci%C3%B3n-presidencial-en-honduras/a-18407725>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

EBC. Agência Brasil. **Vice-Presidência confirma teor de carta de Temer a Dilma.** Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/vice-presidencia-confirma-teor-de-carta-enviada-por-temer-presidenta>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

EL PAÍS. **Chávez consigue vía libre a la reelección.** Disponível em: < https://elpais.com/internacional/2009/02/16/actualidad/1234738801_850215.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

EL PAÍS. **Ecuador elimina la reelección indefinida y pone fin a la era Correa.** Disponível em: < https://elpais.com/internacional/2018/02/04/america/1517770527_944169.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

EL PAÍS. **La finitud del poder: el virus omnipresente de la perpetuación en América Latina.** Disponível em: < https://elpais.com/internacional/2018/04/15/actualidad/1523744012_091903.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ÉPOCA. **16 de agosto: as manifestações pelo Brasil.** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/08/16-de-agosto-manifestacoes-pelo-brasil.html>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

ESTADÃO. **Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ESTADÃO. **Temer desiste do projeto de reeleição e anuncia candidatura de Meirelles.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-desiste-da-reeleicao-e-anuncia-apoio-a-henrique-meirelles,70002319154>>. Acesso em: 5 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Coalizão de FHC começou e terminou com o Plano Real.** Fernando Rodrigues. 19 dez. 2002. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43713.shtml>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **FHC defende 2º mandato em jantar**. Lucio Vaz; Marta Salomon. 31 ago 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/31/brasil/26.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Opinião. **Ser Cidadão**. Ives Gandra da Silva Martins. 26 jan. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/26/opinioao/10.html>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

G1. Globo. **Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

ISTO É. “**Sempre fui contra a reeleição**” / Luiz Inácio Lula da Silva. In: Isto é, n. 1928, p. 28-32, 4 out. 2006>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ISTO É. **Temer assume candidatura à Presidência**. Disponível em: <<https://istoe.com.br/exclusivo-temer-assume-candidatura-a-presidencia/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

OEA. **O Conselho Permanente da OEA concorda em "não reconhecer a legitimidade do período do regime de Nicolás Maduro"**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-001/19>. Acesso em: 12 mar. 2019.

O GLOBO. **As idas e vindas de Michel Temer sobre a reeleição**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/as-idas-vindas-de-michel-temer-sobre-reeleicao-22701585>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PODER 360. Planalto em 2018: Temer enfrentou crises mesmo com marasmo de ano eleitoral. <https://www.poder360.com.br/governo/planalto-em-2018-temer-enfrentou-crisis-mesmo-com-marasmo-de-ano-eleitoral/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PODER 360. **Temer diz que ‘não é improvável’ que concorra a reeleição**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/temer-diz-que-nao-e-improvavel-que-concorra-a-reeleicao/>> Acesso em: 2 abr. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Notícias. **TCU conclui parecer sobre contas prestadas pela Presidente da República referentes a 2014**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-conclui-parecer-sobre-contas-prestadas-pela-presidente-da-republica-referentes-a-2014.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

UOL NOTÍCIAS. “**Conheça a história da compra de votos a favor da emenda da reeleição**”. UOL Notícias. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/06/16/conheca-a-historia-da-compra-de-votos-a-favor-da-emenda-da-reeleicao/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

VALOR ECONÔMICO. **Brasil reconhece Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela**. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/6082635/brasil-reconhece-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

Fontes Diversas

AMERICAN HISTORY. **From revolution to reconstruction and beyond.** Letters of Thomas Jefferson 1743-1826. Disponível em: <<http://www.let.rug.nl/usa/presidents/thomas-jefferson/letters-of-thomas-jefferson/jefl66.php>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BOLÍVAR, Simón. **Discurso del General Bolívar al Congreso de Venezuela.** Discurso de Angostura. Íntegra do texto original disponível em: <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article9987>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BOLÍVAR, Simón. **Discurso del libertador ao Congreso Constituyente de Bolivia.** Disponível em: <<https://www.ensayistas.org/antologia/XIXA/bolivar/bolivia.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2019.

FDR LIBRARY. **Roosevelt History:** “This in no ordinary time”. Disponível em: <<https://fdrlibrary.wordpress.com/tag/no-ordinary-time/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

JEFFERSON, Thomas. **Letter to legislature of Vermont.** December 10, 1807. Disponível em: <<http://teachingamericanhistory.org/library/document/letter-to-the-legislature-of-vermont/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. ECUADOR. **Referendo-Consulta Popular-2018.** Disponível em: <http://bivicce.corteconstitucional.gob.ec/local/File/Constitucion_Enmiendas_Interpretaciones/2018-02-14_Referendum_y_Consulta_Popular.pdf>. Acesso em: 3 maio. 2019.

RESULTADOS DEL REFERENDO APROBATORIO DE LA ENMIENDA CONSTITUCIONAL. República Bolivariana de Venezuela. **Political Database of the Americas.** Georgetown University. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Venezuela/ref09.html>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

SENADO FEDERAL. **Glossário legislativo.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo#D>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

THE ELEANOR ROOSEVELT PAPERS PROJECT. Address to the 1940 Democratic Convention. The George Washington University. Disponível em: <<https://www2.gwu.edu/~erpapers/teaching/q-and-a/q22-erspeech.cfm>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

HARRY S. TRUMAN PRESIDENTIAL LIBRARY & MUSEUM. **The Hoover Commission Special Subject Guide.** Disponível em: <[em: https://www.trumanlibrary.org/hover/hover.htm](https://www.trumanlibrary.org/hover/hover.htm)>. Acesso em: 4 abr. 2019.

THE WHITE HOUSE. **Grover Cleveland.** Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/grover-cleveland/>>. Acesso em: 13 maio 2019.